

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 338, DE 1999

Altera o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Autor:** Deputado ANTONIO CAMBRAIA

**Relator:** Deputado JOSÉ DIVINO

A proposição em questão visa tipificar como crime a venda, o fornecimento, a entrega, de qualquer forma, de bebida alcóolica a criança e adolescente.

Justifica o autor sua iniciativa ao argumento de tal alteração legal é necessária para punir as pessoas sem escrúpulos que praticam tais condutas contra crianças e adolescentes, sem se importarem com a condição que elas detêm, de pessoas em desenvolvimento, tanto mental quanto fisicamente.

Pesquisando projetos em tramitação nesta Casa, foi possível identificar a existência de outra proposição que trata do mesmo tema. Trata-se do **PL 2.047/04**, que também altera o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e que ora encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família.

Como o tema é o mesmo, penso que deveriam tramitar em conjunto, razão pela qual, com base no art. 142 do Regimento Interno, apresento requerimento de tramitação conjunta.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado JOSÉ DIVINO

Relator

## **REQUERIMENTO**

**(Do Sr. José Divino)**

Requer a apensação dos PLs 338/99 e 2.047/03.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Relator designado para oferecer parecer ao Projeto de Lei nº 338/99, que altera o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, venho, com base no art. 142 do Regimento Interno, requerer a V. Exa. diligenciar junto ao Presidente da Casa, a fim de que seja alterado o despacho atribuído ao PL 2.047/03 (que dá nova redação ao art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ao PL5.617/01 (que altera o art. 147 do Código Penal) e ao PL 4.862/01 a fim de que sejam apensados, uma vez que, como visto, buscam alterar o mesmo dispositivo do ECA.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado JOSÉ DIVINO  
Relator